



## EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 073/2021

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de seu **Diretor Administrativo**, Sr. **Nelson Chagas** torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º **13.303**, de 30 de junho de 2016; bem como pelas disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º **123**, de 15 de dezembro de 2006 e alterações; e pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos**, aprovado pelo Conselho de Administração da COCEL, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018, realizará o presente procedimento licitatório, visando à **contratação de serviço de natureza continuada, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, quando solicitado, por meio de atendimento remoto 24 horas, via e-mail, telefone e ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking)**, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital de Licitação.

### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**1.1** O Procedimento Licitatório será realizado em **sessão pública**, no **modo de disputa aberto**, por **meio de videoconferência**.

**1.2** A sessão pública por videoconferência será realizada **através do convite recebido no e-mail cadastrado no credenciamento**, com a seguinte mensagem **"junte-se a mim agora em minha sala presencial"**, devendo clicar em Entrar na reunião.

**1.3** Os convites serão encaminhados na data de **14 de janeiro de 2022** às 08h50min, **através do e-mail cadastrado**, considerando a abertura da Sessão às 09:00 horas do dia 14/01/2022.

**1.4** Os documentos de habilitação dos vencedores serão digitalizados e encaminhados aos demais participantes para conferência da documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação devendo manifestar-se se houver intenção de recurso durante a sessão virtual.

**1.5** Por fim, todos os participantes confirmarão por e-mail que foi oportunizada a conferência dos documentos dos vencedores, bem como deixam de assinar todos as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação.

**1.6** Todos os documentos apresentados serão digitalizados e disponibilizados via internet, no sítio eletrônico da COCEL ([http://www.cocel.com.br/licitações/licitações/contratos\\_e\\_convênios](http://www.cocel.com.br/licitações/licitações/contratos_e_convênios)).

**1.7** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observado o interesse da COCEL, a finalidade e a segurança da contratação.



**1.8** Os trabalhos serão conduzidos por empregado da COCEL, denominado **Agente de Licitação**, designado mediante Portaria expedida pela Diretoria Executiva, podendo ser auxiliado por equipe de apoio.

**1.9** O **valor estimado** do contrato a ser celebrado será **sigiloso**, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

**1.10** Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do vencimento, sendo todos os prazos contados em dias úteis.

**1.11** Na hipótese de alteração do presente edital, será enviada comunicação a todas as empresas que retiraram o instrumento, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), bem como, divulgado no site da COCEL.

**1.12** Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Documentação Complementar e Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

**1.13** Declarada a abertura da Sessão de Disputa de Preços pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes.

**1.14** Limite para protocolar os envelopes de CREDENCIAMENTO, de PROPOSTA e de HABILITAÇÃO: até dia **13/01/2022** às **17h00min**, todos os interessados em participar do certame deverão protocolar os citados envelopes, na sede da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL.

**1.15 Abertura das Propostas: 09:00 horas do dia 14/01/2022**

## **2. DO EDITAL**

**2.1** O edital desta licitação, aditamentos e esclarecimentos serão disponibilizados gratuitamente, no "site" [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br), no "link" licitações.

**2.2** Constitui obrigação do proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este edital.

## **3. DO INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **14/01/2022**

HORA: 09:00 horas

LOCAL: Sala de Reunião da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL

Rua Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR.

## **4. DO OBJETO**

**4.1** Constitui objeto da presente licitação a contratação de serviço de natureza continuada, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, quando solicitado, por meio de atendimento remoto 24 horas, via e-mail, telefone e ferramenta "on-line" de



autoagendamento (self-booking), para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

**4.2** Os recursos destinados a esta **Licitação** estão previstos no Orçamento anual do exercício de 2022.

Item orçamentário						
1000.08.031/	1010.08.031/	1030.08.031/	1050.08.031/	2000.08.031/	2520.08.031/	2530.08.031/
3000.08.031/	3510.08.031/	3511.08.031/	3520.08.031/	3530.08.031/	3540.08.031/	4000.08.031/
4520.08.031/	4530.08.031/	4531.08.031/	8010.08.031.			

## 5. DA PARTICIPAÇÃO

**5.1** Somente poderão participar da presente Licitação as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

**5.2** Não poderão participar desta Licitação, as empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, Estado, Distrito Federal, Município ou por esta concessionária, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**5.3** Poderão participar do certame, todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições acima estabelecidas, bem como aquelas previstas para o credenciamento constantes deste Edital.

**5.4** Na presente Licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

**5.5** Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante para o mesmo lote.

**5.6** Quando o representante participar em diversos lotes, e com empresas distintas, o mesmo deverá apresentar no credenciamento documento específico para participação, referenciando os lotes que cada empresa participará.

**5.7** Conforme determina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela COCEL a empresa:

**I** - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COCEL;

**II** - suspensa pela COCEL;

**III** - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo município de Campo Largo/PR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

**IV** - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**V** - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**VI** - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;



**VII** - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**VIII** - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

**5.8** Aplica-se a vedação prevista no item 5.7:

**I** - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

**II** - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

**a)** diretor da COCEL;

**b)** empregado da COCEL cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

**c)** Prefeito Municipal de Campo Largo/PR.

**III** - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a COCEL há menos de 6 (seis) meses.

## **6. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**6.1** Conforme dispõe o artigo 47, § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL, qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação, protocolando o pedido até **05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação**, no endereço sede da concessionária (Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR) ou através do email: [licitacoes@cocel.com.br](mailto:licitacoes@cocel.com.br), devendo a COCEL julgar e responder à impugnação, em até 03 (três) dias úteis.

**6.2** A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**6.3** Compete à autoridade competente signatária do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

**6.4** Se a impugnação for julgada procedente, a COCEL deverá:

**I** – Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;

**II** – Na hipótese de defeitos sanáveis, corrigir o ato, devendo:

**a)** republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

**b)** comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes que retiraram o edital.

**6.5** Se a impugnação for julgada improcedente, a COCEL deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

**6.6** As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexo, disponibilizando-os, na Internet, no site [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br).



## 7. DO CREDENCIAMENTO

**7.1 O credenciamento para representação** é o procedimento voltado à identificação dos Licitantes e de seus representantes legais, quando aqueles forem pessoas jurídicas, por meio da comprovação da existência de poderes para a prática de todos os atos inerentes aos mais variados procedimentos praticados pela COCEL, em especial para a formulação de ofertas verbais por videoconferência e prática dos demais atos do certame.

**7.2** A sessão pública por videoconferência será realizada através do convite recebido no e-mail cadastrado no credenciamento, com a seguinte mensagem **"junte-se a mim agora em minha sala presencial"**, devendo clicar em Entrar na reunião.

**7.3** Para exercer o direito de ofertar lances, é obrigatória a participação da Licitante ou de seu representante, nas Sessões Públicas de videoconferência referentes à licitação.

**7.4** A Licitante deverá encaminhar a documentação para credenciamento junto ao **Agente de Licitação (via CORREIOS, TRANSPORTADORA, PROTOCOLO NA SEDE DA COCEL ou OUTRO MEIO DE TRANSPORTE)**, com apenas um Representante Legal ou através de Procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, **será o único admitido a intervir no procedimento licitatório**, no interesse da representada.

**7.5** Consideram-se aptos os documentos mencionados no artigo 2º da Lei nº 12.037/2009.

**7.6** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

**I** - Se dirigente, proprietário, sócio, ou assemelhado da empresa Proponente deverá apresentar cópia do respectivo **estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, ou Inscrição de Firma Individual – FI ou Registro de Empresário-RE, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. **Obrigatória a apresentação de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.**

**a)** No caso de sociedade por ações, o documento referido deverá estar acompanhado da comprovação de eleição de seus administradores.

**II** - Se representante legal, deverá apresentar **instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento**, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, **com a firma(s) reconhecida(s)**, na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa. **Obrigatória a apresentação de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.**

**7.7** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o Termo de Credenciamento/Procuração para o representante da empresa, **a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.**



**7.8** As microempresas ou empresas de pequeno porte para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, a qual deverá ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo.

**7.9** Efetuará a apresentação de **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO II)**, a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento.

**7.10** A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada em envelope devidamente identificado "DO CREDENCIAMENTO", contendo os documentos indicados no item 7.6, bem como as Declarações (DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO e a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

**7.11** A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante na Sessão de Videoconferência, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame, contudo, a proponente não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão de Licitação.

## **8. DOS ENVELOPES**

**8.1** Os envelopes com o **"CREDENCIAMENTO"**, **"PROPOSTA DE PREÇOS"** e **"DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO"**, deverão ser entregues ao Agente de Licitação da COCEL, até a data, e horário estabelecidos no item **1.14** deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações:

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS:**

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.

**LICITAÇÃO n.º 073/2021.**

**Data de abertura: 14/01/2022.**

**Horário de abertura: 09:00 horas**

Proponente:

CNPJ Nº:

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:**

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.

**LICITAÇÃO n.º 073/2021.**

**Data de abertura: 14/01/2022.**

**Horário de abertura: 09:00 horas**

Proponente:

CNPJ Nº:

**ENVELOPE Nº 03 – CREDENCIAMENTO:**

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

**LICITAÇÃO n.º 073/2021****Data de abertura: 14/01/2022****Horário de abertura: 09:00 horas**

Proponente:

CNPJ Nº:

E-mail para participar da sessão de videoconferência:

**9. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 1)**

**9.1** O envelope “PROPOSTA DE PREÇO” deverá conter a proposta da proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta (Anexo V), observando-se as seguintes disposições:

- a)** Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou identificada com o n.º do **CNPJ**, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;
- b)** Os preços propostos deverão ser expressos em Real (R\$), em algarismos e por extenso, devendo ser apresentado o valor unitário e o valor total de cada item, não se admitindo cotação em moeda estrangeira;
- c)** No(s) preço(s) proposto(s) e nos lances que oferecer, já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o fornecimento do(s) objeto(s) da licitação, bem como todos os impostos, ICMS substituição, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;
- d)** Conter prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da abertura da referida proposta;
- e)** Conter prazo de prestação de serviços de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato;
- f)** O preço é fixo e sem reajuste;
- h)** A licitante que ofertar Remuneração do Agente de Viagem – RAV igual à zero ou negativa deverá apresentar explicação sobre como pode praticar esse valor, acompanhada dos contratos/acordos e demais documentos que subsidiem essa explicação.





**9.2** Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

**9.3** Os preços iniciais propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

## **10. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)**

**10.1** Do **envelope n.º 02 – “DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO”**, deverão constar os seguintes documentos, válidos na data de abertura desta licitação:

**10.1.1** Para comprovação da **habilitação jurídica**:

**I** - Cédula de Identidade e prova de inscrição no CPF – Cadastro de Pessoa Física, no caso de licitante pessoa física;

**II** – Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

**III** – Registro Comercial, no caso de empresa individual (Empresário);

**IV** - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (Sociedade Empresária), acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

**V** - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis (Sociedade Simples), acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**VI** - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**VII** - Documentos (RG e CPF) dos sócios administradores.

**§1º** A documentação requerida relativa à habilitação jurídica, salvo a exigida nos incisos I, II e III, pode ser substituída pela Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, para firmas individuais (Empresário) ou sociedades mercantis (Sociedade empresária), ou Certidão em breve relatório expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas para Sociedades Civis.

**§2º** A documentação apresentada na fase do credenciamento, no subitem **7.6**, é dispensada da apresentação **em duplicidade** no envelope de documentação.

**§3º** O Objeto Social especificado nos documentos acima, determina a participação da Empresa nas licitações promovidas pela COCEL, devendo ser totalmente compatível com o objeto licitado.

**10.1.2** Para comprovação da **regularidade fiscal**:

**I** – Prova de regularidade com o **INSS**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

**II** – Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), e

---

LICITAÇÃO n.º 073/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**III** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011.

**10.1.3** Para comprovação da **qualificação técnica**:

**I** - Atestado de capacidade Técnico Operacional, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado, de acordo com o objeto da presente licitação, e equivale a aproximadamente 50% do valor máximo estimado para esta licitação devendo constar nome, endereço, telefone e e-mail do atestante.

**II** - Será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

**III** - O atestado deverá conter os serviços prestados e os respectivos valores totais, bem como, informações necessárias para confirmação da sua autenticidade junto ao emissor.

**IV** - Quando existir dúvida em relação à veracidade do atestado, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, Demonstrativo de Resultados, devendo ser enviados por e-mail em até 4 (quatro) horas, contadas da solicitação, e enviados os originais ou cópia autenticada, via correio, em até 48 horas após a solicitação.

**V** - Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 229 da Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, e ao artigo 1810 do Decreto n. 7.381/2010.

**VI** - Declaração das companhias brasileiras de transporte aéreo regular, comprovando que a licitante é possuidora de crédito perante as referidas empresas, e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas dessas companhias durante a vigência do contrato e se encontra em situação regular frente às respectivas companhias.

**10.1.4** Para a comprovação da **qualificação econômica e financeira**:

**I** - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**II** - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

**§1º** Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão "apresentadas na forma da Lei" nas seguintes situações e condições:

**I** - As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado.



**II** - As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na imprensa Oficial, poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;

**III** - As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital.

**IV** - As empresas constituídas no Exercício em curso, deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa.

**V** - Até 30 de abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;

**VI** - Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), fica prorrogado até o dia 30 de junho a aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado.

**VII** - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa.

**§2º** As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

**§3º** Para microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES, a exigência pertinente a balanço patrimonial será atendida mediante a apresentação do resumo de suas demonstrações contábeis.

**§4º** A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

**VIII** - A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral** (LG), **Solvência Geral** (SG) e **Liquidez Corrente** (LC), **devendo os referidos índices apresentar valores maiores que um inteiro (>1)**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

**IX** - O Balanço Patrimonial deverá vir acompanhado da demonstração dos resultados calculados conforme os índices abaixo:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1.0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC =$$

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

---

LICITAÇÃO nº 073/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Índice de Liquidez Geral (IGL) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$IGL = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$\bullet \text{ Liquidez Corrente (LC)} \\ \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0,70 (zero vírgula setenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverá ser apresentado pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

✓ Os índices serão calculados com duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço.

## 11.2 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

**11.2.1** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da COCEL, membro da Comissão de Licitação, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

**11.2.2** Os documentos de habilitação poderão ser substituídos, total ou parcialmente, pelo **Certificado de Registro Cadastral – CRC da COCEL**.

**11.2.3** Os proponentes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do procedimento licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral da COCEL (CRC).

**11.2.4** As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet, sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores, mas sujeito a verificação da autenticidade pela rede de comunicação, perante o órgão emissor.

**11.2.5** Para os documentos sem prazo de validade, será considerado o prazo de **60 (sessenta) dias** a partir da data de sua expedição.

**11.2.6** Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**11.2.7** As empresas que não apresentarem todos os documentos exigidos, ou apresentarem incompletos, incorretos, **serão consideradas inabilitadas**.



**11.2.8** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

**a)** Conforme dispõe o artigo 43 da LCP 123/06, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**b)** A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## **12. DOS PROCEDIMENTOS DE ABERTURA DOS ENVELOPES**

**12.1** Declarada aberta a **Sessão de Videoconferência** pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos da Licitação.

**12.2** Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo verificada sua conformidade, de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital, **sendo desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.**

**12.3** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Licitação.

**12.4** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**12.5** Os documentos e propostas serão rubricados pelo Agente de Licitação e equipe de apoio, digitalizados e encaminhados aos demais participantes.

**12.6** Em havendo necessidade de diligência, a Comissão de Licitação poderá suspender a sessão para analisar os documentos e as propostas, marcando, na oportunidade, nova data e local a fim de dar prosseguimento aos trabalhos.

**12.7** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da Comissão Permanente de Licitação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

## **13. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO.**

**13.1** Considerando a adoção do modo de **disputa aberta**, as licitantes apresentarão **lances verbais públicos e sucessivos**, de forma individual, obedecendo à **sequência decrescente dos valores das propostas**, até a proclamação da vencedora.

**13.2** É vedada a oferta de lance intermediário e ou com vistas ao empate.

**13.3** Dada a palavra à Licitante, esta disporá de 05 (cinco) minutos para apresentar nova proposta.



**13.4 A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão da Licitante da disputa de lances**, e a manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

**13.5 O encerramento da etapa competitiva** dar-se-á quando, convocadas pelo Agente de Licitação, **as Licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances**.

**13.6** Será dado o direito de preferência para **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que seu último lance esteja no intervalo de 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, conforme determina o art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

**13.7** Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem no intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**13.8** O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**13.9** A Proponente não poderá desistir de lance já ofertado sujeitando-se às penalidades constantes neste Edital.

**13.10** Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, **será promovida a verificação de sua efetividade**, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

**I** - contenham vícios insanáveis;

**II** - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

**III** - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

**IV** - após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

**V** - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COCEL;

**VI** - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

**13.11** A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

**13.12** A COCEL poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do item 13.10.

#### **14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

14.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO**.



## 15. DA NEGOCIAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE VENCEDORA.

**15.1** Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, **o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.**

**15.2** A negociação deverá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

**15.3** O Agente de Licitação poderá revelar nesta fase de negociação o valor do orçamento estimado.

**15.4** Se depois de adotada a providência referida no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

**15.5** Sendo aceitável a proposta, será aberto o **Envelope nº 02** contendo a **“DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”**, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**15.6 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, será declarada a Proponente vencedora do certame.**

**15.7** A proponente vencedora deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após o comunicado de vencedora do certame, a PROPOSTA COMERCIAL redigida em português, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificada, com os respectivos valores ajustados ao valor adjudicado (menor preço) na sessão pública de Licitação, em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa do proponente, endereço, telefone, fax e e-mail da empresa, no seguinte endereço:

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E COMPRAS

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

RUA RUI BARBOSA, Nº 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR – CEP 83.601-140

**15.8** Da Sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada na qual serão registradas ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Licitação e pela equipe de apoio e pelos Licitantes presentes.

## 16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

**16.1** Declarada a vencedora do certame, o Agente de Licitação efetuará a adjudicação do objeto a vencedora.

**16.2** Em havendo interposição de recurso, o ato de adjudicação deverá ser efetivado pelo Diretor Administrativo, na condição de autoridade competente.

**16.3** Estando o processo licitatório regularmente formado e desenvolvido, o Diretor Administrativo irá homologá-lo.



**16.4** A homologação do resultado implica a constituição de direito subjetivo líquido e certo relativo à celebração do contrato em favor do licitante adjudicatário, observados os termos e condições fixados no instrumento convocatório e em sua proposta ou lance.

## **17. DOS RECURSOS**

**17.1** O procedimento licitatório terá fase recursal única.

**17.2** Os licitantes presentes poderão apresentar recurso **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação**, desde que conste em ata a sua intenção, o qual contemplará, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados na fase de julgamento das propostas de preço.

**17.3** A intimação dos atos referidos no item anterior será feita mediante publicação no site da COCEL, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo, bem como, realizada a comunicação direta aos licitantes, salvo se presentes os prepostos de todos os licitantes participantes do certame no ato em que foi adotada a decisão, caso em que a comunicação será lavrada em ata.

**17.4** O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

**17.5** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar **contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias úteis**.

**17.6** Os autos deste processo permanecerão franqueados aos interessados.

**17.7** O recurso e as contrarrazões serão dirigidos ao Agente de Licitação que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 5 (cinco) dias úteis e, independentemente de sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, cabendo à autoridade superior proferir a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

**17.8** As decisões dos recursos interpostos deverão ser intimadas diretamente aos licitantes por meio eletrônico, além de serem publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo – PR., bem como, realizada a comunicação no site da COCEL.

**17.9** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **18. DO CONTRATO**

**18.1** Será firmado contrato entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação para assinatura do mesmo, relativo ao fornecimento do objeto deste Edital.





**18.2** Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para a presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

**18.3** Caso a empresa vencedora venha a desistir da assinatura do Contrato, no prazo estabelecido no item 18.1, a COCEL reserva-se no direito de aplicar, no que couber, as sanções previstas no artigo 207 do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL.

**18.4** É facultado à COCEL, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

**I** - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

**II** - revogar a licitação.

**18.5** Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**18.6** No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

**18.7** O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo.

## **18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1** A Licitante que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Edital, ficará sujeita às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.

## **20. DO RECEBIMENTO**

**20.1** A COCEL se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto entregue em desacordo com as especificações constantes do Anexo I deste Edital.

**20.2** A Contratada obriga-se em no máximo 07 (sete) dias, às suas expensas a substituir, no todo ou em parte o objeto desta licitação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega dos objetos desta licitação, salvo quanto o defeito for comprovadamente provocado por uso indevido ou inadequado, sob pena de sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**20.3** O recebimento será efetuado por empregado público desta concessionária, estando sujeito à conferência quantitativa e qualitativa na conformidade do objeto licitado para aceitação final.



## **21. DO PAGAMENTO, IMPOSTOS E DOS PRAZOS**

**21.1** O pagamento do objeto da presente licitação será realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis após data de entrega da Nota Fiscal na sede da CONTRATANTE, sendo englobadas nas faturas todas as passagens solicitadas no período de 30 dias.

**21.2** Juntamente com as Notas Fiscais deverá(ao) ser encaminhado as faturas tabuladas de acordo com o solicitado no Anexo I deste edital.

**21.3** O prazo de execução do contrato, objeto da presente licitação, inicia-se com a efetiva prestação dos serviços, e terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL**.

**21.4** Deverá ser emitida nota fiscal mensal.

**21.5** O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação.

## **22 - DOS TRIBUTOS E TAXAS**

### **22.1 - DO ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO**

**22.1.1** - A proponente vencedora será responsável pelo recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviço, observando-se a alíquota legal do município onde localizar-se o serviço objeto da presente Licitação.

**22.1.2** - A proponente vencedora deverá recolher o ISS - Imposto Sobre Serviço, com base na alíquota prevista na legislação tributária do município onde se realizarem as obras/serviços e comprovar o recolhimento perante a COCEL para liberação da fatura, sujeito a confirmação por esta.

**22.1.3** - A não apresentação da guia de recolhimento devidamente autenticada pelo agente arrecadador e em original acompanhada de cópia, confere à COCEL o direito de fazer a retenção com base na alíquota legal do município onde se realizarem os serviços.

## **23. DA INDICAÇÃO DO AGENTE DE LICITAÇÃO**

**23.1** O **Agente de Licitação** responsável pela presente Licitação será a Sra. **Ana Laura Lagner**, designada pela Portaria n.º 010/2021, de 09/06/2021.

**23.2** Na ausência do Agente de Licitação responsável, a presente Licitação será conduzida e julgada por um dos empregados públicos designados pela Portaria **n.º 010/2021**, de 09/06/2021.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, serão partes integrantes do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

**24.2** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



**24.3** Nenhuma indenização será devida as proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação exigida pelo presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

**24.4** A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**24.5** O Diretor Presidente da COCEL poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**24.6** Os recursos ou impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

**24.7** É facultado à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

**24.8** A Comissão de Licitação e o Agente de Licitação poderão conceder aos Licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

**24.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Licitação.

**24.10** As normas que disciplinam esta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

**24.11** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**24.12** Para as proponentes que se enquadram na Lei Complementar nº 123/2006, como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, será observado o regime diferenciado em conformidade com os artigos 42 a 49 do referido diploma legal.

**24.13** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da COCEL, especialmente designado pelo Diretor Presidente.

**24.14** A fiscalização será exercida no interesse da COCEL e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.



**24.15** A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário sobre o objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**24.16** Será competente o Foro da Comarca de Campo Largo - PR, para solução das questões oriundas do presente Edital.

**24.17** Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

## **25. PUBLICIDADE**

**25.1** O Aviso deste Edital e os demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso, serão publicados no site da COCEL – [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br).

## **26. INFORMAÇÕES**

**26.1** Divisão de Logística e Compras – Sede da COCEL – Rua Rui Barbosa, nº 520, Campo Largo – PR, fone (41) 2169-2122 ou 2169-2114, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00; no site da COCEL – [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br); ou através do email: [licitacoes@cocel.com.br](mailto:licitacoes@cocel.com.br)

Campo Largo, 17 de dezembro de 2021.

**NELSON CHAGAS**

**Diretor Administrativo**

## **ANEXOS:**

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Modelo de Declaração de Idoneidade, de cumprimento dos requisitos de habilitação, e de inexistência de fato impeditivo;
- **Anexo III** - Modelo de Procuração de representante legal para credenciamento;
- **Anexo IV** - Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte;
- **Anexo V** – Modelo para apresentação da Proposta;
- **Anexo VI** – Minuta do Contrato Estatal;
- **Anexo VII** – Modelo da Ordem de Compra de Materiais/Ordem de Serviços

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do **Edital de Licitação n.º 073/2021** a contratação de serviço de natureza continuada, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, quando solicitado, por meio de atendimento remoto 24 horas, via e-mail, telefone e ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking), as seguintes características mínimas:

**1.** A CONTRATADA deverá atender aos pedidos, encaminhados pela COCEL, por e-mail, telefone e ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking), quanto à disponibilidade de passagens, especificadas por data, horário, companhia/empresa, bem como quanto à emissão de passagens, com envio-resposta de localizadores e/ou comprovantes de emissão, quanto à periodicidade e forma de faturamento, além de assegurar resgate/reembolso, em casos de cancelamentos, nos seguintes termos:

**1.1** Fornecer, a cada solicitação de serviço, o mapeamento de opções de empresas, horários e tarifas, para que a COCEL avalie e opte, conforme sua conveniência e atendimento da necessidade;

**1.2** Prestar assessoramento para definição do melhor roteiro, horário, frequência de partida e chegada das aeronaves, como também, das tarifas promocionais à época da emissão das passagens aéreas;

**1.3** Manter situação que a habilite ao fornecimento de bilhetes junto às empresas aéreas nacionais;

**1.4** Cotar, reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar, reconfirmar e cancelar passagens aéreas nacionais, para quaisquer destinos servidos por linhas regulares de transporte aéreo;

**1.5** Emitir ordens de passagens para todas as cidades atendidas por linhas regulares de transporte aéreo, informando à unidade gestora do contrato ou ao favorecido o número do bilhete, código de transmissão, companhia aérea, valor dos trechos e taxas de embarque, por ferramenta "on-line" de autoagendamento (selfbooking), e-mail ou telefone, conforme a urgência da situação;

**1.6** Entregar os bilhetes de passagens aéreas a COCEL, por ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking), e-mail ou em meio físico, no prazo de até 2 (duas) horas para trechos nacionais, contado a partir da autorização de emissão da passagem;

**1.6.1** No caso do não cumprimento do prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pela COCEL;

**1.7** Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pela COCEL, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete ser colocado à disposição do viajante em tempo hábil para o



embarque do passageiro, por ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking), e-mail ou telefone, conforme a urgência da situação;

**1.8** Quando os bilhetes forem solicitados fora do horário de expediente, nos fins de semana ou em feriados, o prazo, a forma e o local de entrega deve ser previamente combinado com o solicitante.

**1.9** Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas;

**1.10** Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação da COCEL, providenciando seu crédito na fatura, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, correndo por conta da COCEL eventuais encargos cobrados pelas companhias aéreas pelo cancelamento;

**1.11** Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação da COCEL;

**1.12** Quando houver aumento de custo – emitir ordem de débito pelo valor complementar; e

**1.13** Quando houver diminuição de custo – emitir ordem de crédito a favor da COCEL, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

**1.14** Assegurar o reembolso dos bilhetes e passagens emitidos somente a COCEL, caso o passageiro venha a desistir da viagem;

**1.15** Efetuar a troca imediata da passagem, em caso de cancelamento de voo, assegurando o embarque no voo de horário mais próximo do cancelado, ainda que de outra companhia aérea, ressalvados os casos de impossibilidade justificada;

**1.16** Alterar horários de voos, quando solicitado pela COCEL, sempre que haja disponibilidade em qualquer companhia aérea que opere no percurso desejado, diferentes do previamente confirmado em bilhete de passagem já emitido, providenciando o respectivo endosso ou cancelamento e substituição do bilhete de passagem, se necessário;

**1.17** Se o passageiro deixar de viajar em virtude de atraso em conexão ou interrupção de viagem, deverá a CONTRATADA, providenciar a revalidação do bilhete para o trecho seguinte;

**1.18** Garantir as poltronas da COCEL, nas condições especificadas no bilhete de passagem;

**1.19** Devolver a COCEL, a diferença do preço da passagem, quando a viagem se faça total ou parcialmente, em meio de transporte de características inferiores ao contratado, mediante desconto em fatura;

**1.20** Indicar a COCEL, por escrito, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato:

**1.20.1** os nomes, e-mail e telefone de contato dos funcionários que atenderão às requisições dos bilhetes;



**1.20.2** Um e-mail e telefone de contato que possa ser contatado para pronto atendimento fora do horário comercial, nos fins de semana e feriados, para a solução de casos excepcionais e urgentes, inclusive emissão de bilhetes, que possam ocorrer nesses períodos.

**1.21** Autorizar a COCEL a deduzir das faturas, os valores que vier a pagar a terceiros, pelo atendimento de serviços não realizados ou efetuados com atraso ou de maneira insatisfatória;

## **2 SISTEMAS DE EMISSÃO DE PASSAGENS**

**2.1** A CONTRATADA deve possuir sistema interligado diretamente com os sites das empresas aéreas do Brasil;

**2.2** O atendimento deve ser 24 horas por dia, durante todos os dias da semana, por meio de telefone fixo e celular, bem como, por outros recursos a serem disponibilizados pela CONTRATADA, os quais deverão permitir aos usuários responsáveis realizar alteração ou emissão de bilhete, inclusive em dias não úteis (sábados, domingos e feriados);

**2.3** Deve ser fornecida ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking), disponível 24 horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive feriados, para que os usuários dos serviços possam efetuar as reservas, devendo essa ferramenta atender aos seguintes requisitos:

**2.4** Acesso via rede mundial de computadores (world wide web);

**2.5** Serviços de reserva de passagens aéreas no Brasil;

**2.6** Disponibilização das tarifas-acordo oferecidas pelas companhias aéreas, sem prejuízo de demonstrar o desconto contratual incidente, se for o caso;

**2.7** Entrega de comprovantes ao usuário dos serviços de viagem por e-mail e, quando exigido pela COCEL, também em meio físico (papel);

**2.8** Possibilidade de customização das regras aplicáveis às viagens na COCEL, bem como flexibilidade para permitir eventuais alterações;

**2.9** Permitir a gestão e o acompanhamento, por meio de senhas individuais, de todas as viagens programadas pela COCEL, com fluxo on-line de aprovação e relatórios gerenciais das atividades, incluindo as funcionalidades de self-booking e selfticket; e

**2.10** Ofereça tela de consulta simultânea a todos os voos das principais companhias aéreas nacionais, constando trechos, voos, horários, aeronaves, classes de bilhete e preço.

## **3 CAPACITAÇÃO PARA USO DO SISTEMA DE EMISSÃO DE PASSAGENS**

**3.1.** Capacitar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado do início da vigência contratual, os usuários dos serviços de viagem da COCEL que utilizarão a ferramenta de autoagendamento (self-booking), ficando a cargo da própria CONTRATADA os custos dessa capacitação.

**3.1.** O treinamento, que será realizado nas dependências da COCEL, deverá capacitar aproximadamente 2 (dois) usuários e deverá ter a duração mínima de 4 (quatro) horas.





**3.1.** Poderá ser requisitada a realização de novo treinamento, o qual deverá ser realizado no prazo de 2 (dois) dias, contados da comunicação à CONTRATADA, no caso de alteração no sistema de autoagendamento.

**3.1.** A CONTRATADA está obrigada, ainda, a prestar, quando solicitado, as informações aos demais servidores da COCEL a respeito da utilização do autoagendamento (self-booking).

#### **4 CLASSIFICAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM**

**4.1.** O serviço é classificado como comum, pois seus padrões de qualidade foram objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

#### **5. PRAZO DE EXECUÇÃO:**

**5.1.** Os serviços deverão ser executados no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da COCEL, por até 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

**5.2.** Em caso de prorrogação de prazo os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

**5.3** Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

**5.4** Caso a CONTRATADA ofereça RAV igual a 0 (zero), não há que se falar em pagamento ou reajuste da RAV.

#### **6 CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**6.1** O critério de julgamento será o menor valor para a Remuneração do Agente de Viagem.

**6.2** No caso de RAV negativo, o valor da proposta será exclusivamente para fins de disputa da licitação. O contrato será firmado no valor anual das passagens, devendo a licitante, a cada emissão de passagem, subtrair o RAV negativo do valor da passagem.

Por exemplo, se a licitante vencer com RAV de R\$ -2,00 e for emitida uma passagem de ida e volta ao custo de R\$900,00, por essa passagem a contratada cobrará R\$ 898,00. Se forem dois bilhetes distintos de ida e volta, para cada emissão, haverá de ser subtraído os R\$ 2,00.

#### **7. FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1** A remuneração mensal a ser paga à CONTRATADA será a soma de todas as passagens, taxas de embarque, acrescida da Remuneração do Agente de Viagem - RAV multiplicada pela quantidade de passagens emitidas no período faturado, não cabendo outra forma de remuneração pelos serviços prestados.

**7.2** O pagamento será mensal, mediante entrega de Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados no mês anterior.



**7.3** As faturas deverão ser tabuladas, discriminando, ainda:

**7.3.1** Número e data da requisição;

**7.3.2** Companhia aérea;

**7.3.3** Número do bilhete de passagem;

**7.3.4** Nome do(s) passageiro(s);

**7.3.5** Data da emissão do bilhete;

**7.3.6** Descrição do trecho;

**7.3.7** Valor normal do bilhete (sem taxa de embarque);

**7.3.8** Valor da taxa de embarque;

**7.3.9** Valor do serviço de agenciamento de viagens;

**7.3.10** Valor do bilhete com taxa de embarque;

**7.4** Durante a vigência do contrato, as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços.

**7.5** O pagamento será realizado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de Nota Fiscal/Fatura.

**7.6** As demais cláusulas de pagamento serão as usuais da COCEL.

## **8. NÃO SERÁ REALIZADO REGISTRO DE PREÇOS.**

**8.1** O contrato será do tipo por valor estimado com regime de execução por preço unitário.

## **9 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**9.1** A licitação não prevê regras para contratação exclusiva de MPE's, por ser de valor superior a R\$80 mil, mas serão aplicadas as regras de empate ficto e habilitação tardia.

## **10. DO SUPORTE LEGAL**

**10.1** A presente licitação tem por fundamento legal a Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016; bem como pelas disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 15 de dezembro de 2006 e alterações; e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, aprovado pelo Conselho de Administração da COCEL, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018.

Valor anual estimado para o gasto com passagens: **ATÉ R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS);**

Por ser estimado, os valores acima não constituem compromisso futuro de contratação para a COCEL, razão pela qual não poderão ser exigidos, nem considerados como valores para contratação mínima.

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.**

(Empresa), pessoa jurídica de direito privado, registrada sob CNPJ nº ....., localizada na Rua ....., no Município de ....., por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação na **LICITAÇÃO Nº 073/2021**, que não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública, e de que não se enquadra em nenhuma hipótese de impedimento para contratar com a COCEL, conforme disciplina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, cumprindo plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos, assumindo integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

*(assinatura da proponente)*

**OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhados ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento, conforme item 7.9.**

**"7.9 Efetuará a apresentação de DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO II), a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento."**

**ANEXO III**

**PROCURAÇÃO**

(Empresa) com sede (endereço), (CNPJ), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, ..... (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga(m) poderes específicos para representar a outorgante na **LICITAÇÃO Nº 073/2021**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido certame licitatório, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local, dia/mês/ano.

(Assinatura) \_\_\_\_\_

(nome e cargo do representante legal)

**OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento, conforme item 7.6., II.**

**“item 7.6. II - Se representante legal, deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, com a firma(s) reconhecida(s), na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.”**

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE MODELO

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa..... está inscrita como **MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, não estando incurso em nenhuma condição de que impeça de usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

....., ..... de ..... de .....

.....  
(Assinatura do representante legal da empresa)

**OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento, conforme item 7.8.**

**OBS: "item 7.8** As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo."

**ANEXO V**

**PROPOSTA**

À

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

**Ref.: LICITAÇÃO N.º 073/2021**

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar a nossa proposta **para serviço de natureza continuada, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, quando solicitado, por meio de atendimento remoto 24 horas, via e-mail, telefone e ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking)**, de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I, do **Edital de Licitação n.º 073/2021**, considerando:

- 1.** que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
- 2.** que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços, nos sujeitando as condições estabelecidas no ato convocatório e seus anexos;
- 3.** que todas as despesas com a preparação e a apresentação da presente Proposta, correrão unicamente por nossa conta;
- 4.** que concordamos em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados nesta proposta, pelo(s) preço(s) apresentado através do lance registrado e oferecido por nosso representante credenciado;
- 5.** que o pagamento pelo objeto da presente licitação será realizado mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil após a data de apresentação na sede da COCEL da Nota Fiscal/fatura a ser emitida pela contratada;
- 6.** que o valor unitário da Remuneração do Agente Viagem – RAV é R\$ é de R\$ ..... (.....).
- 7.** declaramos que confirmaremos com nova proposta, no prazo de até 03 (três) dias úteis, os itens que foram apresentados lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;
- 8.** declaramos ainda que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como administração, lucro e imprevistos, inclusive todos os tributos (ICMS, SUBST., IPI E OUTROS) sujeitos em decorrência da presente Proposta;

---

LICITAÇÃO n.º 073/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



9. que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Local e data.

-----  
Assinatura do proponente

(Representante Legal da Empresa ou Procurador)

**Dados da empresa para formalização do contrato caso sejamos vencedor:**

Razão Social: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_ Insc. Est.: \_\_\_\_\_  
Email: \_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
CIRG N.º: \_\_\_\_\_ Expedida por: \_\_\_\_\_  
Email: \_\_\_\_\_





**ANEXO VI**  
**MINUTA DO CONTRATO**  
**CONTRATO ESTATAL N.º ...../2021**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA, PARA COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E .....**

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.525.127-8/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 911.237.479-20, residente e domiciliado neste Município de Campo Largo - Paraná, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa ....., sediada na Rua ....., no Município de ....., Estado ....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º ....., neste ato representada, pelo Sr. ...., portador do RG nº ....., inscrito no CPF/MF sob o n.º ....., ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Constitui objeto deste contrato, a contratação de empresa para prestação de serviço de natureza continuada, para cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, quando solicitado, por meio de atendimento remoto 24 horas, via e-mail, telefone e ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking).

**1.2** Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 073/2021** e da Proposta Comercial de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES**

**2.1** - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**2.1.1** - **Edital de Licitação nº 073/2021**, de 17 de dezembro de 2021 e respectivos Anexos;

**2.1.2** - Proposta Comercial da Contratada.

---

LICITAÇÃO nº 073/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



**2.2** Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR DA TARIFA E DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE VIAGEM-RAV**

**3.1** - O valor unitário da Remuneração do Agente Viagem – RAV é de R\$ .....  
(.....), **pelo período de 12 (doze) meses.**

**3.2** - O valor anual estimado para este contrato é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

**3.3.** O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais.

**3.4.** Serão repassadas a COCEL as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências das companhias aéreas para esse fim.

**3.5.** Serão repassadas a COCEL as menores tarifas que a CONTRATADA obtiver junto às companhias aéreas, inclusive as tarifas-acordo porventura negociadas;

**3.6.** Quando não for adquirida a passagem de menor valor por culpa da CONTRATADA, esta deverá apresentar os motivos pelos quais isso ocorreu;

**3.7.** A COCEL reserva-se o direito de solicitar a comprovação, sempre que julgar necessária, do valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens.

**3.8** - Sempre que solicitado, deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas, relativas às passagens aéreas constantes das faturas entregues a COCEL.

**3.9** - Havendo diferença em desfavor da COCEL, entre o valor cobrado e o valor informado pela companhia aérea, a CONTRATADA deverá adotar providências com o objetivo de devolver os valores cobrados a mais por meio de notas de crédito.

**3.10** - Quando for emitida passagem de ida e volta pela mesma companhia aérea, será aplicado somente um RAV.

**3.11** - Quando for emitida passagem de ida e volta por companhias aéreas distintas, serão aplicados dois RAV, um para cada passagem.

**3.12** - O RAV remunera a emissão de passagem aérea, compreendendo o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação. Ou seja, o RAV não poderá ser cobrado duas vezes quando for emitida passagem de ida e volta.

**3.13** - Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea. Ou seja, o RAV não poderá ser cobrado para cada escala do trecho. Por exemplo, num trecho somente de ida com três escalas, o RAV não poderá ser cobrado três vezes, será pago apenas um RAV pela emissão da passagem para todo o trecho.

**3.14** - O valor do RAV abrange cotar, reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar, reconfirmar e cancelar. Ou seja, quando emitida a passagem, será pago um RAV.



Se houver remarcação da passagem, não será pago mais um RAV. E, se for cancelada a passagem, também não será pago mais um RAV. Numa situação como essa, será pago apenas um RAV, independentemente do número de operações envolvendo a passagem.

**3.15** - Caso a CONTRATADA ofereça RAV igual a 0 (zero), não receberá qualquer pagamento pelas operações de cotar, reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar, reconfirmar e cancelar passagem.

**3.16** - Caso o RAV seja negativo, sobre cada emissão de passagem deverá ser descontado o valor do RAV negativo. Por exemplo, se o RAV vencedor for de R\$ -2,00 e for emitida uma passagem de ida e volta ao custo de R\$900,00, por essa passagem será cobrado da COCEL somente R\$898,00.

**3.17** - No RAV deverão estar inclusas todas as despesas com mão-de-obra, tributos, abatimentos e/ou descontos, encargos (sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e de ordem de classe, etc.), taxas, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto e demais despesas incidentes.

#### **CLÁUSULA QUARTA: PAGAMENTO**

**4.1** - O pagamento será efetuado através de Nota Fiscal/Fatura emitida pela **CONTRATADA**.

**4.2** - A remuneração mensal a ser paga à CONTRATADA será a soma de todas as passagens, taxas de embarque, acrescida da Remuneração do Agente de Viagem - RAV multiplicada pela quantidade de passagens emitidas no período faturado, não cabendo outra forma de remuneração pelos serviços prestados.

**4.3** - O pagamento será mensal, mediante entrega de Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados no mês anterior.

**4.4** - As faturas deverão ser tabuladas, discriminando, ainda:

**4.4.1** - Número e data da requisição;

**4.4.2** - Companhia aérea;

**4.4.3** - Número do bilhete de passagem;

**4.4.4** - Nome do(s) passageiro(s);

**4.4.5** - Data da emissão do bilhete;

**4.4.6** - Descrição do trecho;

**4.4.7** - Valor normal do bilhete (sem taxa de embarque);

**4.4.8** - Valor da taxa de embarque;

**4.4.9** - Valor do serviço de agenciamento de viagens;

**4.4.10** - Valor do bilhete com taxa de embarque;

**4.5** - Durante a vigência do contrato, as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços.



**4.6** - O pagamento será realizado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante entrega da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, na sede da **CONTRATANTE** e o atesto do Gestor do Contrato.

**4.7** - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a COCEL.

**4.8** - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da **CONTRATADA** e as multas previstas na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

**4.9** - As demais cláusulas de pagamento serão as usuais da COCEL.

#### **CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**5.1** - Os serviços serão iniciados na assinatura do contrato.

**5.2** - A **CONTRATADA** deverá atender aos pedidos, encaminhados pela COCEL, por e-mail, telefone e ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking), quanto à disponibilidade de passagens, especificadas por data, horário, companhia/empresa, bem como quanto à emissão de passagens, com envio-resposta de localizadores e/ou comprovantes de emissão, quanto à periodicidade e forma de faturamento, além de assegurar resgate/reembolso, em casos de cancelamentos, nos seguintes termos:

**5.2.1** - Fornecer, a cada solicitação de serviço, o mapeamento de opções de empresas, horários e tarifas, para que a COCEL avalie e opte, conforme sua conveniência e atendimento da necessidade;

**5.2.2** - Prestar assessoramento para definição do melhor roteiro, horário, frequência de partida e chegada das aeronaves, como também, das tarifas promocionais à época da emissão das passagens aéreas;

**5.2.3** - Manter situação que a habilite ao fornecimento de bilhetes junto às empresas aéreas nacionais;

**5.2.4** - Cotar, reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar, reconfirmar e cancelar passagens aéreas nacionais, para quaisquer destinos servidos por linhas regulares de transporte aéreo;

**5.2.5** - Emitir ordens de passagens para todas as cidades atendidas por linhas regulares de transporte aéreo, informando à unidade gestora do contrato ou ao favorecido o número do bilhete, código de transmissão, companhia aérea, valor dos trechos e taxas de embarque, por ferramenta "on-line" de autoagendamento (selfbooking), e-mail ou telefone, conforme a urgência da situação;

**5.2.6** - Entregar os bilhetes de passagens aéreas a COCEL, por ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking), e-mail ou em meio físico, no prazo de até 2 (duas) horas para trechos nacionais, contado a partir da autorização de emissão da passagem;



**5.2.6.1** - No caso do não cumprimento do prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pela COCEL;

**5.2.7** - Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pela COCEL, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete ser colocado à disposição do viajante em tempo hábil para o embarque do passageiro, por ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking), e-mail ou telefone, conforme a urgência da situação;

**5.2.8** - Quando os bilhetes forem solicitados fora do horário de expediente, nos fins de semana ou em feriados, o prazo, a forma e o local de entrega deve ser previamente combinado com o solicitante.

**5.2.9** - Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas;

**5.2.10** - Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação da COCEL, providenciando seu crédito na fatura, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, correndo por conta da COCEL eventuais encargos cobrados pelas companhias aéreas pelo cancelamento;

**5.2.11** - Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação da COCEL;

**5.2.12** - Quando houver aumento de custo – emitir ordem de débito pelo valor complementar; e

**5.2.13** - Quando houver diminuição de custo – emitir ordem de crédito a favor da COCEL, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

**5.2.14** - Assegurar o reembolso dos bilhetes e passagens emitidos somente a COCEL, caso o passageiro venha a desistir da viagem;

**5.2.15** - Efetuar a troca imediata da passagem, em caso de cancelamento de voo, assegurando o embarque no voo de horário mais próximo do cancelado, ainda que de outra companhia aérea, ressalvados os casos de impossibilidade justificada;

**5.2.16** - Alterar horários de voos, quando solicitado pela COCEL, sempre que haja disponibilidade em qualquer companhia aérea que opere no percurso desejado, diferentes do previamente confirmado em bilhete de passagem já emitido, providenciando o respectivo endosso ou cancelamento e substituição do bilhete de passagem, se necessário;

**5.2.17** - Se o passageiro deixar de viajar em virtude de atraso em conexão ou interrupção de viagem, deverá a CONTRATADA, providenciar a revalidação do bilhete para o trecho seguinte;



**5.2.18** - Garantir as poltronas da COCEL, nas condições especificadas no bilhete de passagem;

**5.2.19** - Devolver a COCEL, a diferença do preço da passagem, quando a viagem se faça total ou parcialmente, em meio de transporte de características inferiores ao contratado, mediante desconto em fatura;

**5.2.20** - Indicar a COCEL, por escrito, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato:

**5.2.20.1** - Os nomes, e-mail e telefone de contato dos funcionários que atenderão às requisições dos bilhetes;

**5.2.20.2** - um e-mail e telefone de contato que possa ser contatado para pronto atendimento fora do horário comercial, nos fins de semana e feriados, para a solução de casos excepcionais e urgentes, inclusive emissão de bilhetes, que possam ocorrer nesses períodos.

**5.2.21** - Autorizar a COCEL a deduzir das faturas, os valores que vier a pagar a terceiros, pelo atendimento de serviços não realizados ou efetuados com atraso ou de maneira insatisfatória.

#### **CLÁUSULA SEXTA: SISTEMAS DE EMISSÃO DE PASSAGENS**

**6.1** - A CONTRATADA deve possuir sistema interligado diretamente com os sites das empresas aéreas do Brasil;

**6.2** - O atendimento deve ser 24 horas por dia, durante todos os dias da semana, por meio de telefone fixo e celular, bem como, por outros recursos a serem disponibilizados pela CONTRATADA, os quais deverão permitir aos usuários responsáveis realizar alteração ou emissão de bilhete, inclusive em dias não úteis (sábados, domingos e feriados);

**6.3** - Deve ser fornecida ferramenta "on-line" de autoagendamento (self-booking), disponível 24 horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive feriados, para que os usuários dos serviços possam efetuar as reservas, devendo essa ferramenta atender aos seguintes requisitos:

**6.4** - Acesso via rede mundial de computadores (world wide web);

**6.5** - Serviços de reserva de passagens aéreas no Brasil;

**6.6** - Disponibilização das tarifas-acordo oferecidas pelas companhias aéreas, sem prejuízo de demonstrar o desconto contratual incidente, se for o caso;

**6.7** - Entrega de comprovantes ao usuário dos serviços de viagem por e-mail e, quando exigido pela COCEL, também em meio físico (papel);

**6.8** - Possibilidade de customização das regras aplicáveis às viagens na COCEL, bem como flexibilidade para permitir eventuais alterações;

**6.9** Permitir a gestão e o acompanhamento, por meio de senhas individuais, de todas as viagens programadas pela COCEL, com fluxo on-line de aprovação e relatórios gerenciais das atividades, incluindo as funcionalidades de self-booking e selfticket; e



**6.10** Ofereça tela de consulta simultânea a todos os voos das principais companhias aéreas nacionais, constando trechos, voos, horários, aeronaves, classes de bilhete e preço.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: CAPACITAÇÃO PARA USO DO SISTEMA DE EMISSÃO DE PASSAGENS**

**7.1** - Capacitar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado do início da vigência contratual, os usuários dos serviços de viagem da COCEL que utilizarão a ferramenta de autoagendamento (self-booking), ficando a cargo da própria CONTRATADA os custos dessa capacitação.

**7.2** - O treinamento, que será realizado nas dependências da COCEL, deverá capacitar aproximadamente 2 (dois) usuários e deverá ter a duração mínima de 4 (quatro) horas.

**7.3** - Poderá ser requisitada a realização de novo treinamento, o qual deverá ser realizado no prazo de 2 (dois) dias, contados da comunicação à CONTRATADA, no caso de alteração no sistema de autoagendamento.

**7.4** - A CONTRATADA está obrigada, ainda, a prestar, quando solicitado, as informações aos demais servidores da COCEL a respeito da utilização do autoagendamento (self-booking).

#### **CLÁUSULA OITAVA: CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**8.1** - O objeto será recebido mensalmente:

**8.1.1** - Provisoriamente, por seu gestor contratual, mediante termo de recebimento provisório;

**8.1.2** - Definitivamente, por seu gestor contratual, mediante termo de recebimento definitivo, no prazo máximo de 07 dias, contados do recebimento provisório.

**8.2** - Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de eles não serem executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à CONTRATADA, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE GARANTIA DO SERVIÇO**

**9.1** - A CONTRATADA deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL**, ficando a COCEL autorizada a descontar dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1** - Observar as normas a que está sujeita a atividade de agenciamento de viagens, especialmente quanto ao fornecimento de passagens;

**10.2** - Pagar às companhias aéreas e demais terceiros envolvidos na prestação do serviço, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os serviços prestados, ficando estabelecido que a COCEL não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento;





- 10.3** - Oferecer a COCEL condição de liberdade de opção para escolher as empresas, horários e percursos que cobrirão a necessidade almejada;
- 10.4** - Executar o objeto do contrato em estrita conformidade com as disposições constantes no edital;
- 10.5** - Evitar a cobrança de outras taxas, comissões, emolumentos e outros que não aqueles instituídos por leis e normas técnicas;
- 10.6** - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização contratual, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.7** - Responder perante a COCEL e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes da execução do contrato;
- 10.8** - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.9** - Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato;
- 10.10** - Arcar com todos encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;
- 10.11** - Responsabilizar-se pelo pagamento de passagens indevidamente emitidas para pessoas não autorizadas pela COCEL;
- 10.12** - Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela COCEL;
- 10.13** - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse da COCEL, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;
- 10.14** - Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, da COCEL;
- 10.15** - Não veicular publicidade acerca deste contrato;
- 10.16** - Atender, por meio do preposto nomeado, qualquer solicitação por parte da Fiscalização do contrato, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado;
- 10.17** - Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como, informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome do preposto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais.



11.2 - Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre ocorrências de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.3 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.4 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação do serviço no prazo e forma estabelecidos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: PRAZO DE VIGÊNCIA**

12.1 - O contrato, objeto da presente licitação, inicia-se na data da assinatura do contrato, com a efetiva prestação dos serviços, e terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL**.

**12.2** - Em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços, o valor da Remuneração do Agente de Viagem – RAV, será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, tomando-se os valores e corrigindo monetariamente pelo IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

**12.3** - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

**12.4** - Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

**12.5** - Caso a CONTRATADA ofereça RAV igual a 0 (zero), não há que se falar em pagamento ou reajuste da RAV.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: PENALIDADES**

**13.1** – O não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, garantida a previa defesa na forma da lei, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

**13.1.1** - Pela inexecução parcial do contrato, no prazo assinalado, importará na aplicação à **CONTRATADA** de multa diária na ordem de 0,2% sobre o valor dos serviços em atraso, limitada a 6% (seis por cento).

**13.1.2** - De 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato.

**13.2** - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**13.3** - A inexecução parcial ou total do contrato, também importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.



**13.4** - Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

**13.5** - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**13.6** - As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

**I** - por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

**II** - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**III** - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**IV** - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.7** - Na aplicação das penalidades, a **CONTRATANTE** considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, em parecer motivado, se admitidas as suas justificativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**14.1** - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUBCONTRATAÇÕES**

**15.1** - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar o objeto deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: RESCISÃO CONTRATUAL**

**16.1** - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEIS E REGULAMENTOS**

**17.1** - A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a **CONTRATANTE** e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais.

**17.2** - A **CONTRATADA** será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos à prestação dos SERVIÇOS para cumprimento deste CONTRATO.

**17.3** – Aplicam-se a este contrato as disposições: do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL; Lei nº 13.303/16; Lei nº 8.078/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 8.429/92; Lei Complementar nº 123/06; outras legislações quando couber.

**17.4** - O presente contrato não gera vínculo empregatício, de qualquer natureza, entre a **CONTRATADA** e seus colaboradores e a **CONTRATANTE**, pois tem caráter de serviço autônomo prestado por tempo/prazo e condições determinadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: NOVAÇÃO**

**18.1** - A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

**18.2** - Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: VALOR DO CONTRATO**

**19.1** – As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global de **R\$..... ( )**, para todos os legais e jurídicos efeitos.

**19.2** Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE**, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário						
1000.08.031/	1010.08.031/	1030.08.031/	1050.08.031/	2000.08.031/	2520.08.031/	2530.08.031/
3000.08.031/	3510.08.031/	3511.08.031/	3520.08.031/	3530.08.031/	3540.08.031/	4000.08.031/
4530.08.031/	4531.08.031/	8010.08.031.				

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**20.1** A **CONTRATADA** obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018.

**20.2** No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

**20.3** A **CONTRATADA** deverá garantir a confidencialidade dos dados processados.

**20.4** A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do



descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: GESTOR DO CONTRATO**

**21.1** - Para efeitos deste Contrato, a **CONTRATANTE** designa como gestor o Gerente da Divisão de Logística e Compras, Sr(a) **Ana Laura Lagner**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: FORO**

**22.1** - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias, e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, ..... de ..... de 2022.

**COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL**

**José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente**

#### **CONTRATADA**

#### **TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

#### **GESTOR DO CONTRATO:**

\_\_\_\_\_  
**Ana Laura Lagner**

**Gerente da Divisão de Logística e Compras**

LICITAÇÃO n.º 073/2021

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00